

# COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

## PROJETO DE LEI Nº 4.985, DE 2005

Institui o Fundo Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.

**Autora:** Deputada ALMERINDA DE  
CARVALHO

**Relator:** Deputado DARCÍSIO PERONDI

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.985, de 2005, de autoria da Deputada Almerinda de Carvalho, institui o Fundo Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, destinado aos programas de políticas públicas voltadas ao público feminino, tais como: ações de melhoria de suas condições de saúde, de sua competitividade no mercado de trabalho e de sua renda, mediante capacitação da mão-de-obra feminina, tanto urbana quanto rural. Abrange, também, todos os programas de âmbito federal, estadual ou municipal inseridos nessa temática.

As fontes previstas são: os recursos orçamentários da União; o produto de operações de crédito internas e externas; e as transferências intergovernamentais resultantes de convênios firmados com outros Entes da Federação.

A proposição foi distribuída às Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.



CD68D2CE10

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A importância da implementação de políticas públicas e privadas que visem à igualdade entre os sexos e à valorização da mulher é tão grande que esta é uma das oito Metas do Milênio estabelecidas pela Organização das Nações Unidas – ONU para melhorar as condições gerais de vida dos povos.

A IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995, aprovou uma plataforma de ações para o fortalecimento da mulher, propondo que as questões relativas à promoção da equidade de gênero fossem incorporadas como tema presente em todas as políticas públicas dos Governos que ali compareceram. Os países participantes, inclusive o Brasil, comprometeram-se a desenvolver ações para o fortalecimento das mulheres, como capacitação para o trabalho, estímulo à participação política, proteção social e medidas contra todas as formas de discriminação.

A Secretaria Geral da ONU avalia que existem cerca de 1,2 bilhão de pessoas em todo o planeta vivendo abaixo da linha de extrema pobreza, com o equivalente a menos de 1 dólar por dia. Desse total, 70% são mulheres, fenômeno identificado como a “feminização da pobreza”. Essa situação de extrema penúria não só impede essas mulheres de viver plenamente seus direitos de cidadania, como também diminui a sua capacidade de reagir e piora, cada vez mais, a sua qualidade de vida, bem como a de seus filhos.

O caminho para se alterar essa realidade pressupõe o fortalecimento das mulheres, ampliando seus espaços de trabalho e garantindo a igualdade de oportunidades para ambos os sexos, tanto no interior das organizações quanto no conjunto dos espaços sociais. Na mesma medida, é necessária a implementação de ações programáticas que reduzam a elevada



mortalidade feminina, que priorizem a saúde da trabalhadora urbana e rural, em todas as fases da vida.

Nesse sentido, é louvável a intenção da proposição em apreço.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.985, de 2005.

Sala da Comissão, em        de        de 2005.

Deputado DARCÍSIO PERONDI  
Relator

Nome do arquivo



CD68D2CE10